PATENTE E CONTRATOS DE COOPERAÇÃO TECNOLÓGICA¹

PATENT AND TECHNOLOGY COOPERATION CONTRACTS

Marcos Vinicio Chein Feres²

Ludmila Esteves Oliveira³

Resumo

Este trabalho se propõe, à luz da relação entre integridade no Direito e identidade na teoria moral, a analisar como a patente pode mitigar o conflito entre o interesse de exploração econômica do agente privado, os direitos do inventor e o papel das Instituições Científicas e Tecnológicas, dentro dos contratos de cooperação tecnológica (CCT), aperfeiçoando o sistema da inovação. A compreensão da patente como um instrumento jurídico apto a aperfeiçoar a relação entre os três agentes dentro do CCT e do sistema de inovação e a promover uma reconstrução crítica da patente e do contrato de cooperação tecnológica em si com base nos ideais de integridade e identidade é o que se almeja ao longo da análise de conteúdo desenvolvida. Com uma matriz argumentativa fundamentada no método da interpretação construtiva, por meio dos princípios de equidade, justiça e devido processo legal adjetivo, basilares do direito como integridade, devidamente complementados pela identidade tayloriana, almeja-se, através da patente, atenuar a tensão entre os três agentes dentro do contrato de cooperação tecnológica, tornando-o um instrumento para melhor articulação do sistema de inovação e consecução dos desígnios da comunidade personificada.

Palavras-Chave

Patentes; contratos de cooperação tecnológica; inovação; direito como integridade; direito como identidade.

Abstract

This paper intends to analyse how the patent can conciliate the colliding interests of economic exploration of the private agent, the inventor rights and the role of the Technology and Scientific Institutions inside the technology cooperation contracts in order to improve the innovation system. This research aims to understand the patent as a legal tool capable of improving the disturbed relationship among the three agents inside the technology cooperation contract, taking into account a critical reconstruction of both patent and cooperation technology contracts based on integrity and identity ideals. In order to promote such interpretive reconstruction, the application of the theory of law as integrity, complemented by Taylor's social theory of identity, is highly necessary. As a result, the tension between the three agents should be mitigated inside the cooperation technology

¹ Esse trabalho tem apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Doutor e Mestre em Direito Econômico pela UFMG, Professor Associado da Faculdade de Direito da UFJF, Bolsista de Produtividade PQ 2 do CNPq.

³ Bolsista de Iniciação Científica – PROBIC/FAPEMIG.

contracts, which reveals itself as a means to articulate a better innovation system and also to achieve what the community itself aims.

Key Words

Patent law; technology cooperation contracts; innovation; law as integrity; law as identity.

1. Introdução

A inovação, exercício de acréscimo de conhecimento novo a dado produto, tornando-o mais competitivo no mercado, tem sido cada vez mais considerada como um verdadeiro fenômeno, “sistêmico e interativo” (CASSIOLATO; LASTRES, 2005, p. 37). Com a compreensão da inovação como sistema inovador, instrumentos de estímulo à produção de inovação, como as patentes e o contrato de cooperação tecnológica (CCT), tornam-se cada vez mais complexos, sendo demandado deles não só sua função precípua, mas também a conciliação dos interesses dos agentes inseridos no sistema de inovação.

Neste contexto, busca-se responder como a patente pode atenuar o conflito de interesses dos entes, quais sejam, o interesse de exploração econômica do agente privado, os direitos do inventor e o papel das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT), dentro do contrato de cooperação tecnológica. O objetivo inicial é o de entender a patente como um instrumento apto a otimizar o contrato de cooperação tecnológica, aperfeiçoando a relação entre os três agentes dentro do sistema de inovação. Para tal, objetiva-se também reconstruir criticamente os institutos do contrato de cooperação tecnológica e da patente com base nos ideais de integridade e identidade.

O referencial teórico utilizado consiste no direito como identidade, uma fusão entre o direito como integridade, de Ronald Dworkin (2007), aliado a proposta de construção moral da identidade do *self*, de Charles Taylor (2011). Esse ponto de partida teórico busca uma reconstrução crítica do sentido e significado de uma estrutura jurídica e político institucional que figura como pano de fundo para o exercício de relações econômicas, sociais, culturais, afetivas e cívicas.

Dworkin (2007) define o Direito como uma *práxis* argumentativa, expressa na comunidade personificada, como rede de interlocução. Para se adequar aos desígnios e valores da referida comunidade, o direito deve ser íntegro tanto na criação como na aplicação das leis. Assim, os princípios que devem pautar uma comunidade fraterna, qual sejam, a equidade, a justiça e o devido processo legal adjetivo compõem a integridade, como fonte de Direito. Cabe ressaltar que, para a concretização desses princípios, exige-se um elevado nível de comprometimento moral, demandando, portanto, para sua consubstanciação, um

referencial moral institucional. Assim, para conceber o referencial teórico, a integridade dworkiniana deve ser complementada por conceitos taylorianos. Pautando-se, principalmente, nas noções de respeito atitudinal e avaliações fortes, a identidade tayloriana é compreendida através dos *selves*, seu agir voltado para o bem, e sua interação nas redes de interlocução. Em sua trajetória para definir a identidade moderna, Taylor busca traçar a construção moral da identidade no ocidente, lançando mão de uma forte crítica aos naturalistas e utilitaristas.

Assim, torna-se evidente a necessidade de se utilizar o direito como integridade e identidade, pois, somente com base nessa definição, é possível se constituir o sistema analítico de conceitos a partir do qual se discutirá o importante papel da patente na relação conflituosa entre o agente privado e seu interesse de exploração econômica, os direitos do inventor e o papel das ICT. Além disso, é sob tal ótica que serão reconstruídos criticamente o instituto da patente e do contrato de cooperação tecnológica em que tais agentes se inserem.

Metodologicamente, opta-se por uma pesquisa qualitativa baseada em traços de significação (*unobstrusive research*), segundo Babbie (2000). Para tanto, é utilizado o método de análise de conteúdo e, a partir dos objetivos inicialmente traçados, procura-se constituir um sistema analítico de conceitos os quais servem de moldura para analisar, com precisão, textos teóricos, o ordenamento jurídico brasileiro, a patente em si e o instituto dos contratos de cooperação tecnológica. É nesse sentido que se procura discutir como a patente pode mitigar o conflito de interesses dos agentes inseridos no CCT.

A tensão entre o interesse de exploração econômica do agente privado, o direito fundamental do inventor de ser reconhecido como titular da patente e o papel das Instituições Científicas e Tecnológicas, muitas vezes, impede que o CCT atinja todos esses interesses e objetivos. Nesse sentido, para melhor articulação do sistema de inovação em que esses agentes estão inseridos e a concretização dos propósitos supracitados, faz-se necessário reconstruir criticamente a patente e os contratos de cooperação tecnológica com vistas ao direito como integridade voltado para uma moral substantiva. Somente por esse prisma poder-se-á atenuar a tensão na relação em destaque, tensão essa que impede um desempenho inovador ótimo, visto que a inovação é diretamente dependente da cooperação entre os agentes envolvidos, podendo ser mais bem desenvolvida com uma divisão patentária expressa e que tutele os interesses em conflito.

Esse trabalho comprova sua relevância pela importância do assunto abordado para o desenvolvimento inovador no Brasil e também por se utilizar de uma ótica que congrega elementos zetéticos a uma questão dogmática, tendo em vista o emprego de uma teoria moral substancial como base para a análise da patente e dos CCT.

Na busca de se fundamentar a importância da patente para a mitigação do conflito de interesses exposto e reconstruir criticamente a própria patente e o contrato de cooperação tecnológica propõe-se o seguinte percurso: primeiramente, será procedido o delineamento do referencial teórico e da metodologia utilizada, que servirão de norte a todas as análises feitas; em segundo lugar, partindo do sistema de inovação como um todo, serão empreendidos esforços em torno da compreensão do instituto do contrato de cooperação tecnológica, observando suas finalidades, os agentes inovadores inseridos no mesmo e seus interesses; e por fim, tratar-se-á da patente, compreendendo seu fundamento e suas finalidades, para analisar a relação entre a patente e os CCT, otimizando o sistema de inovação e preenchendo os objetivos da comunidade personificada.

2. O direito como integridade e identidade: uma abordagem metodológica

A metodologia aplicada neste trabalho consiste em uma pesquisa qualitativa baseada em traços de significação (*unobstrusive research*), conforme Babbie (2000). Tais traços são extraídos da ideia de direito como identidade, resultado da teoria do direito como integridade de Dworkin aliada à teoria tayloriana da formação da identidade do *self*. Realiza-se, portanto, uma pesquisa de análise de conteúdo, a qual se estrutura por meio da técnica de documentação indireta, ou seja, o objeto de pesquisa consiste em dados indiretos, extraídos a partir de artigos científicos analisados e da legislação vigente.

A partir da interação necessária entre direito como integridade e uma teoria moral substantiva, constitui-se um sistema analítico de conceitos basilar para a análise do ordenamento jurídico brasileiro e de textos teóricos relacionados à propriedade intelectual e à inovação, obtendo-se, assim, conceitos passíveis de serem aplicados a uma interpretação construtiva e reflexiva da patente e do contrato de cooperação tecnológica.

O primeiro passo antes de se proceder à análise do sistema de inovação, do CCT e seus agentes, e da patente como mecanismo articulador deve ser o de conceituar a teoria do direito como identidade. O marco teórico desse trabalho, qual seja, o direito como identidade, parte do direito como integridade, ideal desenvolvido por Ronald Dworkin (2007), complementado pela noção de identidade tayloriana. Para que se compreenda então esse referencial teórico que forma o sistema analítico de conceitos que respaldará todo o estudo, partir-se-á do conteúdo teórico do direito como integridade.

Partindo da perspectiva do aplicador do direito, de uma análise interna, Dworkin (2007) se baseia na ideia de construção do direito, concebendo o direito como integridade. Para tal, alguns conceitos essenciais são apresentados, entre eles o conceito de interpretação.

A interpretação é, por natureza, o relato de um propósito, ou seja, a proposta de uma forma de ver aquilo que é interpretado (DWOKIN, 2007, p.71). Essa ideia é essencial para o desenvolvimento do trabalho, porque o direito como integridade busca, argumentativamente, a partir de uma interpretação construtiva, aplicar as normas do direito positivo às situações fáticas, norteando-se não só por regras, mas também por princípios, almejando dar a melhor solução aos problemas.

Assim, acaba por definir o direito como uma prática, uma atitude interpretativa argumentativa, a qual se deve pautar pelos princípios definidos pela comunidade personificada. Essa comunidade, ente moralmente autônomo, tem identidade própria diferente dos sujeitos que a compõe, se consagrando antes do próprio indivíduo. É, portanto, um ente formador de princípios e valores. Nesse sentido, deve, o Estado,⁴ refletir e respeitar tais princípios.

Para atender seu objetivo de coerência de princípios, a integridade se faz necessária na criação e na aplicação das leis. Imprescindível na criação, pois, tendo a integridade como fonte de direito, criar um direito íntegro é criar um direito de acordo com os princípios que emanam da comunidade personificada. A lógica da integridade como método de aplicação das leis segue na mesma direção, uma vez que uma decisão íntegra é aquela pautada pelos princípios que são derivados da comunidade personificada.

Entende-se que a concretização dos valores e princípios emanados da comunidade personificada demanda uma postura ativa do Estado, tornando necessária a distinção entre questões de política e questões de princípio. As questões de política, mesmo devendo guardar consonância com os princípios jurídicos que lhe conferem fundamento, são questões que se caracterizam por um tipo de padrão que estabelece um objetivo a ser alcançado em algum aspecto da sociedade, enquanto as questões de princípio são aquelas que seguem um padrão que deve ser observado por exigência de alguma dimensão moral (DWORKIN, 2002). Nesse sentido, os princípios demandam decisões a serem tomadas de acordo com a comunidade personificada, que é o ente moral ao qual se deve referenciar, visto que é a partir da assunção de seus valores que as decisões tomadas tornam-se mais justas e equânimes.

Ainda no que concerne à integridade, ela é uma fonte de direito que demanda três requisitos para sua constituição, a saber, a equidade, a justiça e o devido processo legal

⁴ Para uma noção mais profunda do Estado nesse prisma, ver Feres e Mendes (2011). Por ora, tem-se o Estado “como resultado da própria comunidade personificada que lhe confia a responsabilidade de gerir a construção valorativa do justo de forma íntegra” (FERES; MENDES, 2011).

adjetivo⁵. A equidade envolve as escolhas políticas, enquanto a justiça trata das consequências dessas escolhas e o devido processo legal adjetivo apresenta o viés procedimental por trás das mesmas. Para a concretização desses princípios atinentes ao ideal de integridade, principalmente a equidade e a justiça, é necessário um elevado nível de comprometimento moral, visto que todos eles decorrem de um processo valorativo de escolhas realizadas dentro de um contexto comunitário passível de ser universalizado. Demandam, portanto, um referencial moral institucional, razão pela qual é essencial a utilização da teoria da identidade do *self* de Charles Taylor (2011) a fim de que se atribua uma coerência às diversas escolhas realizadas pelos agentes públicos no exercício das atividades administrativa, legislativa e jurisdicional.

Assim, a devida complementação da teoria do direito como integridade de Dworkin pelos conceitos taylorianos que trarão a referência moral requerida se faz necessária. Taylor, em sua obra “As Fontes do Self”, busca traçar a construção moral da identidade moderna no ocidente. Para tal, perfaz a trajetória dessa construção, descrevendo a verdadeira gênese da identidade moderna. Na busca de afirmar sua teoria, Taylor critica a racionalidade instrumental e a moral convencional, fazendo também forte crítica aos naturalistas e utilitaristas. Quanto àqueles, a crítica se motiva pelos naturalistas negarem as configurações, quais sejam, as distinções qualitativas que visam atribuir o sentido da vida; já quanto aos utilitaristas, ela se deve ao fato de que, apesar de admitirem as configurações, os utilitaristas vivem em um horizonte moral que não conseguem explicar ou definir.

As configurações influem diretamente na ideia de identidade tayloriana, pois esta se define como horizonte dentro do qual os *selves* são capazes de tomar decisões, fazer distinções qualitativas de valor, e se desenvolver de acordo com a natureza do bem que deve orientar o agir do *self*. Dessa forma, a identidade tayloriana somente se faz entender por meio dos *selves*, seu agir voltado para o bem e sua interação articulada dentro das redes de interlocução em que se inserem, uma vez que, nas palavras de Taylor (2011), “descobrimos o sentido da vida articulando-o”.

⁵ Dworkin (2007, p. 200) os define, respectivamente, como “os ideais de uma estrutura política imparcial, uma justa distribuição de recursos e oportunidades e um processo equitativo de fazer vigorar as regras e os regulamentos que os estabelecem”.

Essa noção de identidade, que se volta para o bem a partir de distinções qualitativas de valor, pauta-se, principalmente, nas ideias de respeito atitudinal e avaliações fortes⁶. Isso porque estas exigem um grande comprometimento moral; enquanto esse respeito, que Taylor (2011) chama de respeito ativo, definindo-se por pensar bem de alguém ou, até mesmo admirá-lo, relaciona-se a um eixo do pensamento moral, qual seja, a concepção moderna de importância da vida cotidiana, a qual se entrelaça à noção de dignidade – ou respeito atitudinal.

A identidade é o que permite ao self realizar avaliações fortes sempre dentro de um horizonte voltado para o bem. Tem-se a ideia, ainda, de que a individualidade está voltada para a identidade assim como a moralidade está voltada para o bem. Extrai-se, por conseguinte, que o *self* parte do bem e para o bem. Há que se observar, então, que, nesse cenário, a vida é uma narrativa que se volta para o bem.

Segundo Taylor (2011, p. 47) "as nossas vidas também existem no espaço de perguntas, o que só uma narrativa coerente pode responder. Para se ter uma noção de quem somos, temos que ter uma noção de como nós nos tornamos ". Esta narrativa, que é concebida na relação com os outros, em um processo dialógico, é condição essencial para a compreensão da formação da identidade humana, visto que a identidade de um ser deriva de uma "teia de interlocução", que cresce em profundidade apenas se houver espaço para a elaboração de uma avaliação moral forte.

Partindo dessa construção, constata-se que a ideia de vida em narrativa desenvolvida por Taylor é análoga à ideia do direito sendo construído como num romance em cadeia, como define Dwokin (2007). A noção do romance em cadeia se deve ao fato de que o direito está sempre sendo construído e reconstruído em diversos momentos. Cada intérprete, sem deixar de lado a coerência, analisa o direito preexistente, acrescenta algo derivado de sua interpretação e permite que ele siga adiante. Assim, o direito é uma narrativa voltada para a integridade da mesma forma que a vida é uma narrativa voltada para o bem.

Há outro importante ponto de intercessão entre as duas teorias, o qual passa pelo conceito de redes de interlocução. A rede de interlocução é o *locus* em que os *selves* se inserem, onde há a interação entre eles. É o espaço moral que permite que se desenvolva a articulação e, por isso, ao qual os *selves* devem se referenciar. Assim, tem-se a comunidade personificada dworkiniana como rede de interlocução por excelência. O direito como

⁶ Taylor (2011, p. 10), acerca das avaliações fortes: "envolvem discriminações acerca do certo ou errado, melhor ou pior, mais elevado ou menos elevado, que são validadas por nossos desejos, inclinações ou escolhas, mas existem independentemente destes e oferecem padrões pelos quais podem ser julgados".

identidade se insere como *práxis* interpretativa, expressa na comunidade personificada, como rede de interlocução voltada para o bem, tanto como ente autônomo com suas próprias articulações quanto como orientação para o bem de cada *self* que a compõe.

Destaca-se ainda a complementaridade das duas teorias, no sentido de que, ao passo que Dworkin se centra no aplicador no Direito, Taylor indica a moralidade à qual esse aplicador deve se voltar. A interpretação do direito, nesse sentido, deve estar direcionada para o bem, obedecendo-se aos desígnios da comunidade personificada, podendo-se dizer que tais desígnios são frutos de avaliações fortes e que essa comunidade é a rede de interlocução em que o intérprete está inserido. Na verdade, é a partir das distinções qualitativas dos *selves* que se determinam os princípios da comunidade personificada, os quais serão fontes de direito.

Como já ressaltado, a teoria de Dworkin, devidamente complementada pelos conceitos taylorianos de respeito atitudinal, avaliações fortes e construção moral da identidade, possibilita o desenvolvimento de um sistema analítico de conceitos, a partir do qual será possível discutir a interação dos três entes no CCT, tendo como base a reconstrução crítica do instituto da patente, sempre em busca de um desempenho inovador ótimo. Dessa forma, esses três agentes, a saber, a ICT, o pesquisador e a empresa, dentro do sistema de inovação e, mais especificamente, dentro do contrato de cooperação tecnológica, valendo-se do mecanismo da patente, devem se pautar pelos ideais do direito como identidade de modo a se respeitarem mutuamente, observando os desígnios da comunidade personificada, expressos por meio dos valores por ela emanados.

O direito como identidade pode ser definido, em largos traços, como uma teoria interpretativa, que busca argumentativamente aplicar as normas do direito positivo às situações fáticas, norteando-se por regras e princípios, almejando dar a melhor solução aos problemas. Essa necessária interação teórica entre integridade e identidade válida, portanto, um diferencial teórico que serve de fundamento à prática construtiva e interpretativa do direito, assim como, mais especificamente, a uma interpretação construtiva e reconstrução crítica da patente e do instituto do contrato de cooperação tecnológica.

3. A Cooperação Tecnológica

Partindo do conceito de inovação como “fenômeno sistêmico e interativo” (CASSIOLATO; LASTRES, 2005, p. 37), torna-se essencial analisá-la como sistema. O sistema de inovação une um conjunto de instituições distintas com vistas ao conhecimento, ao aprendizado e à interatividade, contribuindo e afetando diretamente a capacidade inovadora de um determinado país, região ou setor. Assim, o desempenho de inovação depende da

interação entre empresas, instituições e outros atores inseridos nesse sistema, e não mais de cada um desses agentes de forma isolada. Para a efetividade dessa interação, base geradora de inovação, foram desenvolvidas várias ferramentas de cooperação visando a uma maior aproximação entre os atores inovadores, especificamente as empresas e as ICT.

Uma dessas ferramentas é a transferência de tecnologia, compreendida, segundo Ato Normativo do INPI (1997), como interação que se processa a partir de licenciamento de direitos (exploração de patentes ou uso de marcas) ou de aquisição de conhecimentos tecnológicos (fornecimento de tecnologia e prestação de serviços de assistência técnica e científica). A cooperação tecnológica é uma das espécies de transferência de tecnologia, figurando como ferramenta de integração dos agentes no sistema de inovação.

A essência do contrato de cooperação tecnológica é a contribuição conjunta dos contratantes que, mesmo atuando em diferentes frentes, deverão empreender esforços para a obtenção de um fim comum, qual seja, a inovação. Cabe destacar que, dentro do CCT, inserem-se, em sua maioria, três agentes, notadamente, ICT, inventor com sua equipe e empresa. Modelo jurídico contratual que, face a incipiente regulação, se torna o principal e verdadeiro marco normativo que deve ser apto a conciliar os papéis e interesses distintos de cada uma de suas partes, a saber, a empresa com seus interesses privados, a ICT e seu papel público, e o pesquisador em busca de seus direitos de inventor. Em meio a esse conflito, emerge uma parceria para a realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica, que unirão os parceiros em torno de um interesse comum, a produção de ambiente propício à criação de produtos e processos inovadores. O CCT assume, nesse contexto, o importante papel de elemento normativo que guiará essa relação.

Cada um dos agentes inseridos nessa cooperação cumpre com uma prestação diferente, assumindo, além de papéis distintos, diferentes riscos. Empresa, ICT e pesquisador esperam retornos diferentes dessa cooperação, tendo, portanto, motivações diferentes para cooperar. Para que se analise o CCT em si e suas peculiaridades, faz-se necessário conhecer as motivações e as expectativas existentes em uma relação de pesquisa cooperativa, seja por parte das empresas e das ICTs seja dos pesquisadores (SEGATTO-MENDES e ROCHA, 2005, p.175).

Conforme ressaltam Bonnacorsi e Piccaluga (1994, *apud*. SEGATTO-MENDES E ROCHA, 2005, p. 175), alguns fatores que motivam a empresa a cooperar são: a carência de recursos (humanos e financeiros) para desenvolver as próprias pesquisas; a licença para explorar tecnologia estrangeira pode consistir numa despesa muito maior que contratar pesquisa universitária; a existência de pesquisas anteriores por meio da cooperação

universidade-empresa que obtiveram resultados satisfatórios; a permissão ao acesso às fronteiras científicas do conhecimento; o contato com o meio universitário permite estimular a criatividade científica dos funcionários de P&D; a divisão do risco; o acesso aos recursos universitários (laboratórios, bibliotecas, instrumentos etc.); a melhoria da imagem pública da empresa por meio de relações com universidades e a redução do prazo necessário para o desenvolvimento de tecnologia. Em relação às motivações das universidades para ingressar na parceria, os autores destacam:

“a falta de fontes financiadoras de pesquisa; a carência de equipamento e/ou materiais para laboratórios; o meio de realização da função social da universidade, fornecendo tecnologia para gerar o bem-estar da sociedade; a possibilidade de geração de renda adicional para o pesquisador universitário e para o centro de pesquisa; o aumento do prestígio institucional; a difusão do conhecimento; o meio para manter grupos de pesquisa; a permissão de que pesquisadores universitários tenham contato com o ambiente industrial; o aumento do prestígio do pesquisador individual e a expansão de suas perspectivas profissionais.” (BONNACORSI e PICCALUGA, 1994, *apud*. SEGATTO-MENDES E ROCHA, 2005, p. 175).

Em relações às motivações para os pesquisadores, infere-se: a possibilidade de geração de renda adicional para o pesquisador universitário e para o centro de pesquisa; o meio para manter grupos de pesquisa; a permissão de que pesquisadores universitários tenham contato com o ambiente industrial; o aumento do prestígio do pesquisador individual e a expansão de suas perspectivas profissionais.

Analisando as motivações de cada agente, percebe-se como a patente relaciona-se a grande parte delas, conciliando, de certa forma, interesses conflitantes. Vê-se que os CCT são verdadeiros instrumentos de renovação da propriedade intelectual, meios de evolução desse sistema, uma vez que se caracterizam como fonte de produção e circulação de inovação, de modo a lidar com os limites dos mecanismos de proteção aos bens imateriais e a estagnação dos processos de novas pesquisas.

4. A patente e a mitigação do conflito de interesses no CCT

A patente é uma concessão conferida pelo Estado ao particular para explorar com exclusividade sua criação por um prazo determinado, a depender do tipo de patente e da legislação em vigor naquele país. A Lei de Propriedade Industrial (Lei 9.279/96) é que regula tal mecanismo e o órgão responsável pela concessão de patentes no Brasil é o INPI. A referida lei permite o patenteamento de invenções que atendam aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial⁷.

⁷ A Lei 9.279/96 dispõe: “Art. 8º É patenteável a invenção que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial”.

Em contrapartida a esse privilégio temporário de exploração (uso da exclusiva), o titular da patente tem a obrigação de explorar o seu objeto de forma efetiva, de maneira a satisfazer as necessidades da sociedade. Caso os interesses da comunidade personificada não estejam sendo considerados, cabe ao Estado intervir para garantir o uso regular e adequado desse privilégio, seja através do licenciamento compulsório seja de outros mecanismos legais que se façam necessários. A patente é, portanto, um direito imaterial e um mecanismo criado com a finalidade de estimular a produção científico-tecnológica e de preservar os direitos dos inventores.

Além da exclusividade temporária, também é inerente à patente a restrição à livre concorrência. A patente é um instrumento utilizado pelo Estado “para restringir a concorrência em relação ao uso e gozo do invento e permitir ao seu criador o controle exclusivo e temporário sobre ele” (BARBOSA, 2002). A patente, como privilégio temporário, de fato, restringe a concorrência por questões de princípio. O titular da patente também deve ter seu direito de retorno dos investimentos assegurado tendo em conta o contexto comunitário no qual ele se insere. Afinal, seu trabalho é fruto de investimentos não somente financeiros mas também morais em estudos e pesquisas e empiricamente poderá contribuir para o desenvolvimento da comunidade.

A partir de uma análise qualitativa do instituto da patente por meio de traços de significação, construída a partir da teoria do direito como identidade, tem-se que as patentes devem estar condicionadas a teoria do direito como integridade voltada para uma moral substantiva. O uso e a limitação desse direito de propriedade intelectual devem considerar os princípios morais e políticos da comunidade da qual fazem parte e alinhar-se a eles. O titular da patente deve cumprir com seu dever de conduzir sua propriedade em consonância com os princípios fundamentais referentes ao uso regular e adequado de sua propriedade imaterial.

Tendo em vista a interseção dos interesses conflitantes já abordados dentro do CCT, tal parceria para a realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica une os agentes envolvidos em torno de ao menos um interesse comum: a produção de ambiente propício à criação de produtos e processos inovadores, sobre os quais se buscará a exclusividade garantida pelo instrumento da patente.

Conforme prescrito no próprio Ato Normativo do INPI (1997)⁸, é importante que o instrumento contratual contenha, especificamente, as estratégias de ação esperadas de cada

⁸ Ato Normativo INPI nº 135 / 1997: “3. Os contratos deverão indicar claramente seu objeto, a remuneração ou os "royalties", os prazos de vigência e de execução do contrato, quando for o caso, e as demais cláusulas e condições da contratação”.

contratante, na medida em que aquele deve funcionar como um elemento que organize a complementaridade estrutural e funcional dos parceiros, permitindo-lhes obter, em contrapartida à sua adequada contribuição, os frutos decorrentes da inovação produzida, quais sejam, os rendimentos do produto patenteado, por exemplo. Dessa forma, somando-se a previsão normativa aos interesses conflitantes, e gravitando todos eles ao redor da patente que se almeja, faz-se mister nos CCT uma cláusula patentária expressa, em que a divisão dos lucros da comercialização do produto a ser patenteado seja compatível com as atribuições de cada agente no CCT e com o retorno esperado por cada um.

O fato de a patente ser a estrutura mais adequada de política industrial para a proteção do conhecimento não significa que ela seja apenas uma questão política. Mais do que isso, trata-se de uma questão de princípio. Uma questão de adequação dos princípios individuais a valores constitucionais, virtudes imanentes a uma comunidade, como interesse social, desenvolvimento tecnológico e econômico, e a própria conciliação das divergências dos agentes inovadores. Dessa maneira, os interesses conflitantes inseridos no CCT devem se voltar à patente, produto de uma cooperação construtiva e reflexiva, adequando-se às virtudes da integridade, equidade, justiça e devido processo legal adjetivo. Deve-se ter em mira sempre um substrato teórico-moral que fundamente uma divisão patentária íntegra em relação ao investimento de cada agente num contexto contratual que atenda às suas finalidades. Decerto, a patente é um mecanismo que visa estimular a produção, a divulgação e a circulação do conhecimento tecnológico novo. Além disso, objetiva assegurar o direito de retorno do investimento feito, tenha sido esse investimento em forma de estrutura física (comum no caso das ICT), investimento financeiro usualmente inerente ao agente privado e a atividade inventiva e autoral desenvolvida pelo pesquisador.

A patente deve estar em conformidade com suas finalidades, tais como estímulo ao desenvolvimento econômico, fomento à transferência de tecnologia e retorno do investimento feito. O uso da exclusiva em desacordo com tais finalidades rompe com a interpretação íntegra do direito. Da mesma forma, uma cooperação tecnológica conflituosa com uma cláusula patentária aberta e em desconformidade com o investimento destinado gera contradição na prática interpretativa do direito. Assim, a patente, interpretada a partir do direito como identidade no contexto dos contratos de cooperação tecnológica, funciona como catalisador dos princípios escolhidos pela comunidade personificada.

Por meio desse arcabouço moral institucional, o CCT passa a ser visto não como mero instrumento regulatório para seus atores, mas como verdadeiro marco normativo, uma vez que ele reflete o direito na sua melhor luz para esses entes que têm o dever moral de

observá-lo. Apenas dessa forma, o CCT será capaz de atender aos interesses dos seus agentes e melhorar a relação entre eles dentro do sistema de inovação, permitindo que se alcance um desempenho inovador ótimo a partir de um contrato íntegro articulado para o bem.

Encarando cada ente envolvido no CCT como um *self* autônomo inserido no sistema inovador, necessita-se reforçar essa rede de interlocução articulada entre eles. A inserção da cláusula patentária expressa e reinterpretada criticamente por meio do direito como identidade no CCT torna este instituto capaz de gerar novos produtos e processos mais inovadores. Como o bem está para o *self*, a integridade está para cada um desses entes, sendo, pois, a patente e o CCT formas de se promover e formalizar a busca pelo bem como inovação, por meio da integridade e identidade, o que acaba necessariamente por reforçar o sistema de inovação e seus objetivos. Apenas através dessa interpretação do instituto da patente, que concilia de forma íntegra os interesses de cada um dos agentes aos desígnios da comunidade personificada, o CCT é capaz de fortalecer a interação dos agentes dentro do sistema de inovação e promover o bem e a integridade.

Diante de todo o exposto, entende-se que a integridade voltada para uma moral social substantiva impõe a previsão do direito de patente e a elaboração do CCT como um todo de forma coerente e sistemática com os princípios escolhidos pelo legislador, a saber, a busca pelo desenvolvimento científico e tecnológico.

5. Conclusão

O objetivo inicial desse trabalho consistiu em entender a patente como um mecanismo apto a aperfeiçoar a relação entre empresa, ICT e inventor dentro do contrato de cooperação tecnológica. A fim de se atingir tal objetivo, partiu-se do Direito como Identidade e do ideal da Integridade como parâmetro valorativo, conforme interface entre as teorias de Taylor (2011) e Dworkin (2006). A partir do sistema analítico de conceitos formado pela fusão entre as duas teorias, buscou-se responder a indagação de como a patente poderia conciliar o interesse de exploração econômica do agente privado, os direitos do inventor e o papel das Instituições Científicas e Tecnológicas dentro do contrato de cooperação tecnológica, auxiliando no desenvolvimento do sistema de inovação. Dessa forma, objetivou-se também reconstruir criticamente o instituto da patente e do CCT com base nos ideais de integridade e identidade.

A partir dos objetivos traçados e do método de análise qualitativa de conteúdo a partir dos traços de significação definidos, vislumbrou-se a patente como um instrumento jurídico complexo que, interpretada conforme os ideais de integridade e identidade, é capaz de

conciliar os interesses de agentes diversos que figuram dentro do CCT. O referido instrumento contratual deve também ser reinterpretado e, como marco normativo que rege a cooperação, deverá ser desenvolvido de forma que seja conciliado com os desígnios da comunidade personificada, percorrendo os interesses dos contratantes e o desenvolvimento científico e tecnológico próprio do sistema de inovação. Assim, buscou-se, de forma não-exaustiva, tratar de conceitos importantes para a solução do problema em questão, como sistema de inovação, transferência de tecnologia, o CCT em si e em conjunto com seus agentes e os interesses respectivos de cada um, para, assim, conceituar o instituto da patente. A partir desse ponto, explorou-se a relação entre a patente, o contrato de cooperação tecnológica e o sistema de inovação em si, partindo da ótica do direito como identidade aliado a uma teoria moral substantiva. Dessa forma, visando à promoção de um contrato íntegro, coerente e consoante com o ideal de identidade, perseguindo também os desígnios da referida comunidade, reforçou-se a importância da cláusula patentária expressa e consonante com o interesse e investimento de cada um dos contratantes.

Entendeu-se que, para o alcance de tais interesses, *prima facie* conflitantes, e para melhor configuração e interação dentro do sistema inovador, é essencial a reconstrução e a interpretação crítica tanto da patente quanto do CCT, à luz do direito como identidade.

Enfim, ainda há muito a se analisar em relação à patente, ao sistema de inovação, ao CCT e aos interesses conflitantes de seus agentes. Percebeu-se que, apenas a partir dessa reconstrução crítica e dessa identidade no direito, é que o CCT realmente cumprirá seus objetivos. Ao se reconstruir e interpretar criticamente a patente e o CCT, é fundamental que os interesses dos seus agentes sejam integralmente preservados e atingidos, buscando-se levar a sério os direitos de cada um dos agentes envolvidos.

Referência Bibliográficas

BABBIE, Earl. **The practice of social research**. 9. ed. Belmont Wadsworth/Thomson Learning, 2000.

BARBOSA, Denis Borges. **Uma introdução à propriedade intelectual**. Disponível em: <www.denisbarbosa.addr.com>. Acesso em: 15 de janeiro de 2013.

_____. **Tipos de contratos de propriedade industrial e transferência de tecnologia**. Disponível em: <www.denisbarbosa.addr.com>. Acesso em: 15 de janeiro de 2013.

BRASIL. **Constituição Federal** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 15 de Fevereiro de 2013.

BRASIL. **Lei de Propriedade Industrial**. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 14 de maio de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9279.htm>. Acesso em: 15 de Fevereiro de 2013.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins. **Sistemas de inovação e desenvolvimento: as implicações de política**. São Paulo em Perspectiva. 2005, vol.19, n.1., p.34-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n1/v19n1a03.pdf>>. Acesso em: 10 de Fevereiro de 2013.

CHAMAS, Cláudia Inês. **Cooperação tecnológica e propriedade industrial**. História, Ciência, saúde-Manguinhos. 1996, vol.3, n.2., p. 333-348. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v3n2/v3n2a08.pdf>>. Acesso em: 08 de Fevereiro de 2013.

DWORKIN, Ronald. **O império do direito**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **Levando os direitos a sério**. Tradução Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FERES, Marcos Vinício Chein; MENDES, Brahwlio Soares de Moura Ribeiro. **Direito como identidade: Estado, direito e política**. In: As novas faces do ativismo judicial. Salvador: JusPODIVM, 2011.

FERES, Marcos Vinicio Chein; NUNES, Victor Freitas Lopes. **Direito como integridade e inovação: o caso dos fármacos de segundo uso**. XXI Encontro Nacional do CONPEDI. 2012, Uberlândia. Anais. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=74071a673307ca74>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2013.

INPI – INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Ato normativo nº 135**, de 15 março de 1997. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br/images/stories/Ato135.pdf>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2013.

MATIAS-PEREIRA, José et. al. **Gestão de Inovação: a Lei de Inovação Tecnológica como ferramenta de apoio às políticas industrial e tecnológica no Brasil**. RAE Eletrônica. 2005 vol. 4, n.2. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v4n2/v4n2a03.pdf>>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2013.

PLONSKY, Guilherme Ary. **Bases para um movimento pela inovação tecnológica no Brasil**. São Paulo em Perspectiva. 2005, vol.19, n.1., p.25-33. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n1/v19n1a02.pdf>>. Acesso em: 04 de Fevereiro de 2013.

ROGERS, E.M. et. al. **Lessons learned about technology transfer**. Technovation. 2001, 21(4), 253-261. Disponível em: <<http://itec.vru.ac.th/industry001/%E0%B8%99%E0%B8%A7%E0%B8%B1%E0%B8%95>>

[%E0%B8%81%E0%B8%A3%E0%B8%A3%E0%B8%A1/lessons.pdf](#)>. Acesso em: 04 de Fevereiro de 2013.

SANTANA, Élcio Eduardo de Paulo et al. **E agora, o que fazer com essa tecnologia? Um estudo multicaso sobre as possibilidades de transferência de tecnologia na USP-RP.** Revista de Administração Contemporânea. 2009, vol.10, n.3. p. 411-429. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v13n3/v13n3a05.pdf>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2013.

SEGATTO-MENDES, Andrea Paula. **Análise do processo de cooperação tecnológica universidade-empresa: um estudo exploratório.** 1996. Dissertação (Mestrado em Administração Geral) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12131/tde-04052006-215518/>>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2013.

SEGATTO-MENDES, Andrea Paula; ROCHA, Keyler Carvalho. **Contribuições da teoria de agência ao estudo dos processos de cooperação tecnológica universidade-empresa.** Revista de Administração - RAUSP, vol. 40, núm. 2, pp. 172-183. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=223417391006>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2013.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self: a construção da identidade moderna.** Trad. Adail Ubirajara Sobra e Dinah de Abreu Azevedo. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2011.